

Rosa dos Ventos ISSN: 2178-9061 rrvucs@gmail.com Universidade de Caxias do Sul Brasil

Associativismo e Participação Comunitária: O Roteiro Rural Caminhos de Guajuvira, Araucária-PR, Brasil

BRAMBATTI, LUIZ ERNESTO; NITSCHE, LETICIA BARTOSZECK

Associativismo e Participação Comunitária: O Roteiro Rural Caminhos de Guajuvira, Araucária-PR, Brasil Rosa dos Ventos, vol. 10, núm. 1, 2018 Universidade de Caxias do Sul, Brasil **Disponible en:** https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473557640005

Disponible en. https://www.redaryc.org/articulo.oa:id=473337040003

DOI: https://doi.org/10.18226/21789061.v10i1p71



Artigos

Associativismo e Participação Comunitária: O Roteiro Rural Caminhos de Guajuvira, Araucária-PR, Brasil

Associativism and Community Participation. The Case of Caminhos de Guajuvira Rural Route, Araucária-PR, Brazil

LUIZ ERNESTO BRAMBATTI Universidade Federal do Paraná, Brasil lebramba@gmail.com

LETICIA BARTOSZECK NITSCHE Universidade Federal do Paraná, Brasil lticia@gmail.com DOI: https://doi.org/10.18226/21789061.v10i1p71 Redalyc: https://www.redalyc.org/articulo.oa? id=473557640005

> Recepción: 25 Septiembre 2016 Aprobación: 06 Octubre 2017

Resumo:

Às associações de turismo criadas para prestação de serviços profissionais, juntam-se, a partir dos anos 1990, aquelas que visam a gestão de roteiros turísticos em espaços rurais, buscando atrair a participação comunitária. No caso dos roteiros, o associativismo envolve a união de pessoas, representando equipamentos, serviços e atrativos turísticos, para o planejamento e promoção do turismo em determinado espaço, mormente rurais, potencializando empreendimentos que, de per si, não possuem capacidade para atuar no mercado, como produto ou equipamento turístico. Neste artigo, objetiva-se investigar o papel das associações no processo de gestão de roteiros rurais, no seu protagonismo na adoção de ações coletivas de organização, promoção e comercialização. A pesquisa, com abordagem qualitativa e exploratória, teve como técnicas a observação participante e entrevista com moradores, membros de associação de turismo e gestores públicos, para identificar a atuação da Associação de Turismo dos Caminhos de Guajuvira, PR, no processo de gestão do roteiro.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Rural, Associativismo, Participação Comunitária, Roteiro Caminhos de Guajuvira, Araucária-PR, Brasil.

ABSTRACT:

Tourism associations, created for the management of tourist itineraries in rural areas and community participation, aim at the development of the territories and the tourist activity. The associativism in tourism represents a union of people, representatives of equipment and tourist attractions, for the promotion and planning of tourism in certain tourist areas, mainly rural or in the provision of tourism services, in a cooperative way. Associativism seems to be an element of potentialization of enterprises that do not have the capacity to act "per se" in the market, as a tourist product or equipment. It has as characteristic the collective action, in the territorial space or in segments of market. This form of organization, although recent, reproduces previous community associative forms in the rural space, such as Union, Neighborhood Association, Church Community, football club association, cemetery association. The research had a qualitative and exploratory approach, with techniques of participant observation and interviews, with residents, members of tourism associations and public managers. It was sought to identify the activities of the Tourism Association of Caminhos de Guajuvira, PR, in the script management process.

KEYWORDS: Rural Tourism, Associativism, Community Participation, Caminhos de Guajuvira Route, Araucária-PR, Brazil.

INTRODUÇÃO

O planejamento e gestão de roteiros em ambientes coletivos, por associações que envolvam empreendedores e comunidades, é um paradigma emergente no turismo com foco no desenvolvimento local sustentável. Tal modelo está presente em muitas práticas adotadas para criação e gestão de roteiros rurais da região Sul do Brasil, seguindo modelo de participação popular e de gestão pública, a partir da vigência da Constituição de 1988. O exercício da cidadania nos processos de participação em movimentos sociais, em associações de



caráter permanente ou na gestão de políticas públicas, esteve presente em variadas áreas, entre elas, o turismo (Castel, 1995). Neste artigo, investiga-se o papel das associações no processo de gestão de roteiros rurais, no seu protagonismo na adoção de ações coletivas de organização, promoção e comercialização. Trata-se de modelo associativo diferente daquele das associações comunitárias rurais, que têm como escopo:

[...] a conscientização de direitos e deveres do trabalhador rural; o desenvolvimento de projetos sociais tais como: grupo de geração de renda, assistência técnica da Emater, reforma de estradas, realização de bingos e leilões para arrecadação de recursos para a própria associação, construções de salões comunitários e igrejas pela própria mobilização e ajudas voluntárias como doações, realização de leilões e bingos; a aquisição de tratores, bois e carroções comunitários; a construções de poços tubulares com distribuição de água, nas casas dos moradores (Araújo, Tolentino & Theophilo, 2009, p.4).

Para o Ministério da Agricultura do Brasil, o associativismo representa alternativa necessária "de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência. Com a cooperação formal entre sócios afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva das quais todos são beneficiários" (Brasil, 2016, s.p.). Da mesma forma, para o desenvolvimento e gestão do turismo, os agricultores familiares reúnem-se e formam associações, que têm por finalidade a promoção do lugar, a gestão do território e o planejamento de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do turismo na comunidade.

No meio rural no Sul do Brasil, principalmente na região de colonização europeia, a experiência associativa fez parte da organização comunitária, na forma de "sociedades formais criadas com objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertence" (Moraes & Curado, 2004, p. 2). Na atualidade, com a introdução do turismo através de roteiros rurais, os agricultores e empreendedores buscam atuar de forma coletiva, diferentemente do meio urbano, onde os empreendimentos tendem a agir de forma isolada. No meio rural, percebe-se a incapacidade ou impossibilidade de atuação isolada em mercados competitivos e com linguagens de marketing não dominadas pelos agricultores familiares. Nos roteiros turísticos rurais com gestão coletiva, a prática é a colaboração, parceria e ação conjunta com instituições estatais e privadas, que não raro levam ao questionamento, de um lado, dos que defendem a tutela do Estado no desenvolvimento de roteiros turísticos e, de outro, dos que veem que desenvolvimento e sustentabilidade como resultados das forças do mercado e da iniciativa privada, que podem atuar de forma individual ou coletiva.

O tema da participação comunitária na atividade turística tem sido abordado principalmente antropólogos e sociólogos, enfocando, na maioria das vezes, as relações entre residentes e visitantes (Pearce, 2001; Santana, 2003; Barretto, 2003; MacCannel, 1976; Krippendorf, 2000; Cohen, 1999, 2005; Jafari, 1987). As abordagens são recorrentes no problema-padrão, qual seja, o impacto negativo do turismo, consequência de contatos em que o turista ou a estrutura turística é o elemento impactante e a comunidade, os impactados. Trata-se de uma questão a ser resolvida: diminuir os impactos da interação ou simplesmente criar barreiras sociais às interferências. No meio rural, o impacto seria maior, caso em que as associações cumprem o importante papel de mediar e regular o fluxo de visitantes, definindo normas internas de capacidade de carga ou mesmo impedindo o acesso a certos lugares, uma vez que dispõem de relativa autonomia sobre o território, que consideram como seu, diferentemente da cidade, onde os espaços são vistos como públicos e inominados. Quando o visitante adentra o território de um roteiro rural, em grupo ou sozinho, ele busca as peculiaridades culturais, históricas e paisagísticas que se constituem em atrativos locais. Mas, muitas vezes não percebem o caráter organizativo da comunidade receptora. Comportamento diferenciado se dá quando uma associação local de turismo agencia as visitas e conduz os visitantes. Neste caso, o contato do visitante com o lugar é maior, transformando o caráter organizativo da comunidade receptora em vantagem comparativa e competitiva. A organização coletiva se coloca como diferencial, sendo percebida pelos visitantes como uma característica peculiar daquele território ou roteiro.



No turismo, o associativismo apresenta vantagens para os produtores locais e para os visitantes. Um exemplo é a indicação geográfica de procedência, que só é obtida se determinado produto, de fato, marcar-se pelo território, o que envolve vários produtores. Este é o caso, por exemplo, dos vinhos, no Roteiro Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves-RS, organizado pela Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos [Aprovale]. A certificação permite agregar valor ao produto [vinho], como garantia de qualidade e de origem, credibilidade atestada por terroir, normas de cultivo, produção e comercialização. O mesmo acontece em cooperativas de produção orgânica, que garantem procedência e controle sobre a produção. Para o residente, o cooperativismo e o associativismo permitem discussões coletivas, o extensionismo e o treinamento, capazes de garantir produtos de melhor qualidade. A criação de associações de turismo em roteiros de turismo no espaço rural no Sul do Brasil processa-se entre 1993 até 2010, conforme apresentado na Tabela 1.

A experiência da Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira, em Araucária, no Estado do Paraná, organização gestora do roteiro homônimo, foi escolhida para ser investigada no presente estudo. A pesquisa, em abordagem qualitativa e exploratória, envolveu observação da realidade local e entrevistas com moradores, membros da Associação de Turismo e gestores públicos. Buscou-se identificar a atuação da Associação, no processo de formação do roteiro em destaque.

Fundação	Associação	Municipio (s)
26 JUL 1993	Associação do Agroturismo de Venda Nova do Imigrante	Venda Nova do Imigrante ES
21 FEV 1995	Associação das Produtares do Vale das Vinhedas - Aprovale	Bento Gonçalves 45
10 JUL 1997	Associação Caminhos de Pedra	Bento Gonçalves 45
7 OUT 1997	Associação Cultural e Desenvolvimento Caminhos da Colônia	Caxias do Sul e Flores da Cunha, RS
18 OUT 1999	Associação de Turismo Estrada do Imigrante	Caxias do Sul-RS
JUN 1999	Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia	SantaRosadeLima-SC
11 JUN 2003	Associação dos Participantes da Estrada do Sabor	Garibeld-45
3 SET 2004	Associação de Agroturismo do Espírito Santo (22 circultos)	Espírito Santo
27 JUN 2006	Associação dos Empreendedores de Turismo Rural do Circulto Italiano de Colombo	Colombo-PR
4 NOV 2008	Associação Caminho do Vinho da Colônia Merguhão	São José dos Pinheis PR
10 SET 2010	Associação de Turismo Caminhos do Guajuvira	Araucária-PR

TABELA 1 Criação de Associações de Turismo em roteiros turísticos rurais Os autores, com base em informações das páginas online das Associações.

ASSOCIAÇÕES DE TURISMO E POLÍTICAS PARTICIPATIVAS

Os roteiros de turismo em meio rural surgem no Brasil, após o processo de redemocratização do País, a partir da década de 1990, ou seja, na vigência do Estado Democrático de Direito e da Constituição de 1988. O aparecimento do turismo no espaço rural neste período está ligado também à modernização da agricultura e a diversificação produtiva, como uma criação compensatória a problemas históricos, como o êxodo rural e a permanência das populações no campo, principalmente dos jovens. A diversificação produtiva da propriedade rural, tratada como pluriatividade agrícola por Schneider & Navarro (1999), tem sido uma das soluções buscadas. No mesmo período, as forças do mercado ganham dimensão globalizada e competitiva, cenário em que também se dá a valorização da identidade cultural (Castells, 1999), reafirmando costumes



e valores tradicionais, os ecossistemas locais e a produção rural. Desse modo, enquanto as mídias, as redes sociais e as relações de mercado tendem a homogeneizar as expressões culturais, impondo uma lógica perversa de alinhamento pela contingência da globalização, experiências associativas, nascidas no meio rural valorizam o diferencial da cultura local.

Na literatura consultada foi possível identificar dois comportamentos em relação ao fenômeno do associativismo em turismo no espaço rural. O primeiro apresenta-o como organização espacial coletiva e como alternativa econômica, permitindo a geração de renda com agregação de valor no próprio território rural, a partir da diversificação (Schneider & Navarro, 1999). Esta atividade une o interesse do agricultor familiar em manter-se no campo, evitando o êxodo rural e o interesse público, urbanístico, de melhorar as condições rurais como opção de lazer para as populações urbanas. O segundo comportamento enseja o desejo de manter os laços identitários e os elementos da cultura como projeto de resistência à dominação cultural, proposta pela globalização a partir da década de 1990, mantendo os laços de pertencimento local. A consequência deste segundo viés é a instrumentalização desta mesma identidade cultural, transformada em mercadorias de compra e venda no mercado das opções de lazer e do turismo (Castells, 1999; Gubert & Pollini, 1993; Barretto, 2003; Krippendorf, 2000).

A associação de turismo é um instrumento de potencialização de empreendimentos que não possuem capacidade de atuarem de per si no mercado, de forma isolada, como produto turístico, muitos deles nem constituem pessoas jurídicas, que fazem do atendimento turístico uma renda adicional e complementar à produção rural. Estas associações, por congregarem atores locais ou regionais, avançam muito vagarosamente em temáticas universais, de interesse comum da humanidade, como a questão ambiental, a sustentabilidade, a defesa da vida, as questões de gênero, os novos sujeitos sociais, as minorias étnicas. Melucci (1989) problematiza a identidade dos Movimentos Sociais nas sociedades complexas,

[...] que se mantém e se estabelecem em torno de mobilização de recursos [Rational Choice], nas teorias da troca política de Pizzorno (1977), como sistemas de ação (conceito derivado das estruturas teóricas de Touraine (1973), constituindo conexões e redes em ações coletivas concretas, em significações plurais, tendo como categorias de análise, o conflito, a solidariedade e o rompimento dos limites do sistema) (s.p.).

O associativismo cumpre um papel na sociedade de romper com os padrões unificadores da mídia, onde individualismo e a competitividade são paradigmáticos, formando uma rede de pequenos grupos, imersa na cotidianidade, constituindo uma força invisível e descontrolada. Neste cenário, sociedade civil e Estado constituem parcerias estratégicas, nas quais a cidadania se constrói pela participação em decisões e ações coletivas, capazes de contrapor à lógica da perversidade, imposta pela racionalidade instrumental do capitalismo, principalmente no campo. Numerosas associações estão constituídas, e algumas pensam politicamente, agem politicamente, em dinâmicas que precisam ser refletidas, reconhecidas e apreendidas, intervindo principalmente no espaço do lugar, onde macro politicas não chegam.

Associativismo no Espaço Rural e Turismo – Na Europa, o associativismo no meio rural visando o turismo e na perspectiva do desenvolvimento local, iniciou na França, em 1950. Nos Basses-Alpes, o senador Emile Aubert buscou a ação coletiva para promover a preservação do habitat rural. Em 1952 surgiu o termo gites ruraux, para designar residência rural para fins turísticos; em 1955, foi criada a Fédération Nationale des Gîtes de France [FNGF]; em 1987, no Departamento de Isére, foi criada a Associação Accueil Paysan [Acolhida na Colônia]. Esta Associação introduziu uma metodologia associativa que contemplava (a) uma forma diferente de acolhida ao turista; (b) uma produção agrícola específica, com a valorização da produção orgânica; (c) a solidariedade entre os agricultores; (d) a sustentabilidade; (e) o engajamento social; (f) a valorização do território; (g) o meio ambiente. A Associação considera o associativismo como um movimento popular de gestão coletiva, e uma forma permanente de formação de seus membros, com vistas ao desenvolvimento humano e dos territórios, sustentável em termos econômicos e culturais (Accueil Paysan 2016, s/p). Tais propostas, expressas em uma carta de princípios, têm sido adotadas em vários lugares



do mundo que aderiram ao movimento, inclusive no Brasil, no Circuito Acolhida na Colônia, no município de Santa Rosa de Lima-SC.

O modelo chegou ao Brasil em 1993, através do Centro de Promoção da Agricultura de Grupo [cepagro] de Santa Catarina, que realizou as primeiras discussões, culminando, em 1999, com a constituição da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, em parceria formal com a original francesa. O programa de agroturismo nas Encostas da Serra Geral, no mesmo Estado, nasceu no final de 1998, a partir de organizações não governamentais de agricultores, pautadas em princípios de associativismo, a saber, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo e a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral. "Em 1998, o cepagro passava por um processo de reavaliação interna de seus programas de trabalho. Tomava força na entidade a visão de que as ações de crédito cooperativo, agroindústria de pequeno porte, turismo rural e outras deveriam estar inseridas numa perspectiva de desenvolvimento local" (Guzzatti, 2010, p. 108). A mesma autora relata que, em primeiro lugar, os participantes mostraram preocupação em associarem-se ao turismo rural como praticado em Lages, um modelo marcado por grandes hotéis-fazenda, daí considerarem o termo agroturismo como mais adequado para designar o "turismo junto à agricultura" (p. 122). Em segundo lugar, os agricultores não acreditavam na atratividade turística do lugar, "muitos diziam: 'o que os turistas viriam fazer aqui neste meio do mato?' Ou então: 'aqui ninguém vem, só vai', numa referência ao processo do êxodo rural vivenciado na região" (p. 122). Além dessas questões, foram identificados problemas nas condições das estradas rurais, no fornecimento de energia elétrica e no saneamento básico das propriedades.

Freitag (2007) relata, sobre o processo de implantação do agroturismo na mesma região, que o associativismo foi desenvolvido por meio da formação de células municipais, reunindo agricultores em grupos que pudessem se complementar em termos de produtos e serviços oferecidos. Só depois foram planejadas as atividades turísticas, definidas as normas da entidade, realizados cursos de capacitação e elaborada uma cartilha de boas práticas para o trabalho com o turismo. A comunicação dentro do grupo, na fase de organização, se dava por contato pessoal e por telefone, ou em reuniões. A inserção de rede de computadores com acesso a Internet agilizou o processo. A experiência ensinou que a Associação necessita de uma estrutura instalada, como sede própria e recursos humanos, como uma secretária, são fundamentais para garantir o fluxo das informações entre seus associados e para efetuar o atendimento ao turista [informações, reservas e receptivo de grupos].

Esse roteiro-projeto de agroturismo iniciou com reuniões de sensibilização dos agricultores para o turismo, tendo sido difícil eles acreditarem que havia atratividade turística nas suas propriedades e que não era necessário fazerem grandes investimentos, pois tinham como referência as fazendas de porte do turismo rural. Em seguida, o grupo conheceu experiências de turismo rural na Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, e na Estrada Bonita, em Joinville-SC, onde puderam aprender sobre pequenos agricultores trabalhando com turismo, a partir de poucos investimentos em suas propriedades (Guzzatti, 2010; Freitag, 2007). No final da década de 1990, também surgiram roteiros turísticos rurais na Região Metropolitana de Curitiba-PR, compostos tanto por propriedades de agricultores familiares como por empreendimentos exclusivamente turísticos. Em 1999 foram criados o Circuito Italiano de Turismo Rural, no município de Colombo, e o Caminho do Vinho, em São José dos Pinhais, sendo que a partir do ano 2000 pelo menos mais sete municípios desta região iniciaram o desenvolvimento de roteiros turísticos em áreas rurais (Nitsche, Neri & Bahl, 2010), porém nem todos mantêm o projeto em execução. A criação de associações de turismo ocorreu posteriormente ao lançamento dos roteiros ao público, conforme mostra o Quadro 1, devido à necessidade de governança do turismo ter mais autonomia em relação ao poder público.

Outro modelo internacional de associativismo para o turismo se encontra na Itália, onde desde o final século XIX se organizavam os Pró-Locos, que significam associações de voluntários pelo território, inicialmente como comités de atenção, sociedades para o socorro de forasteiros, principalmente alpinistas, escaladores, caminhantes de montanha, sociedades de acolhimento e atualmente tornaram-se associações de acolhimento de turistas, mantendo o nome de 'pro-loco', que significa pró-lugar e também Associazione di



Agriturismo, nos roteiros rurais. Atualmente são cerca de 6.000 associações de Pro-loco, envolvendo cerca de 650 mil sócios. (Pro Loco, 2016). São registrados no Ministério do Turismo e Espetáculo da Itália. O modelo das associações de agroturismo italiano se reproduziu no Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo, a partir de 1990. Na maioria dos roteiros rurais de Santa Catarina o modelo associativo segue o modelo francês da acolhida na colônia.

Las primeras Pro Loco, nacidas en el remoto 1881 se llamaban comités de atención; Como ya pasaba en otros países europeos tomaban las denominaciones más diferentes: 'Comitati di cura', 'Società per il concorso di forestieri', 'Associazioni per il movimento di forestieri', 'Società di abbellimento' o simplemente 'Pro'. El nombre Pro Loco fue en breve tiempo extendido a todas las Asociaciones Turísticas de recibimiento italianas (Pro Loco, 2016, s/p)

As associações cumprem o papel de ser um novo ente turístico, um agente intermediário entre as articulações do Estado em políticas para o turismo e a vontade competitiva do empreendedor privado. Elas servem de instrumento de mobilização das comunidades em que estão inseridos os atrativos e empreendimentos, necessárias para a organização de eventos, marketing e atividades que envolvam muita gente e dinamizam os roteiros, criando uma mentalidade solidária e coletiva, de colaboração e ajuda mútua, diluindo os fracassos e fazendo com que as conquistas sejam de todos. O associativismo tem como característica ultrapassar as fronteiras e limites operativos, unificando os diversos empreendimentos e atrativos em um único órgão gerenciador de políticas, ações e investimentos. O associativismo se transforma em instrumento gestor de estratégias não só para o turismo, mas para o território, incidindo sobre o desenvolvimento local.

A metodologia utilizada nesta investigação contou com uma abordagem qualitativa (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 2001) com pesquisa exploratória, com técnicas de observação da realidade e de entrevistas (Marconi & Lakatos, 2010), com moradores, membros da associação de turismo e gestores públicos. Buscouse identificar a atuação da Associação de Turismo dos Caminhos de Guajuvira, no Paraná, no processo de formação deste roteiro.

O ASSOCIATIVISMO NOS ROTEIROS TURÍSTICOS

Este roteiro foi concebido por uma etapa de planejamento iniciada em 2001 até ser lançado ao público em 2004. Como este e os demais roteiros da Região Metropolitana de Curitiba, foram iniciados a partir de uma iniciativa do governo do estado do Paraná, através da Emater e dos municípios da Região Metropolitana, houve uma tendência de os proprietários rurais dependerem dos órgãos públicos para a tomada de decisões a respeito do turismo. Isto explica o fato de a Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira [ATCG] ter sido fundada tardiamente em 26 de julho de 2010, passados seis anos da implantação do roteiro.

Durante a pesquisa constatou-se que o planejamento e a execução do projeto do roteiro Caminhos de Guajuvira foram conduzidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Araucária-PR, em parceria com outras secretarias municipais, tendo adesão de produtores rurais. O trabalho da Secretaria esteve alinhado às diretrizes das políticas nacionais e estaduais de turismo, contou com a vontade política da Prefeitura e com uma equipe técnica multidisciplinar, das áreas de turismo, história, agronomia, meio ambiente, entre outros. Porém, esses gestores públicos reconheceram que a participação dos proprietários rurais de forma individual era incipiente para dar continuidade ao projeto e que seria fundamental a efetivação de um trabalho conjunto por meio de um grupo de agricultores que pudesse assumir a gestão do roteiro. Assim, vale ressaltar que a criação da ATCG foi feita sob a orientação do poder público municipal.

Em 2010, a Associação contava apenas com a representação de três famílias de proprietários da área rural e enfrentava dificuldades desses membros se articularem como um grupo coeso capaz de tomar decisões com autonomia. Além disso, não contavam com o interesse, e provável desconhecimento, da comunidade na participação do turismo como oportunidade de gerar negócios locais. A tímida interação e escassa



comunicação entre os membros da comunidade, observadas durante as pesquisas empíricas, influenciavam sobremaneira na esfera do turismo, o que se refletia não só na atuação da Associação, mas também no interesse da comunidade pela atividade. Em 2016, novos agricultores passaram a desenvolver a atividade turística em suas propriedades; constatou-se a adesão de três membros, que fortaleceram o trabalho associativo da ATCG, evidenciando sinais de fortalecimento e indicando perspectivas futuras de autonomia na gestão do roteiro.

Com aproximadamente 45 quilômetros de extensão, o roteiro Caminhos de Guajuvira reúne os principais pontos turísticos do município. O percurso inclui café rural, comércio de flores, hortaliças, frutas, vinhos, produtos coloniais e artesanato. Dos onze pontos de visitação, nove localizam-se na área rural e dois na área urbana. A entidade enfrenta dificuldades na articulação para coesão do grupo na tomada de decisões com autonomia, além de não contar com a adesão da comunidade na participação do turismo, reconhecendo-o como oportunidade de gerar negócios locais. Durante as visitas aos integrantes do roteiro, ao serem abordados sobre a atuação da Associação, as respostas foram vagas, informando que a Associação estava no seu começo e não tinha recursos. A tímida interação e escassa comunicação entre os membros da comunidade, observadas durante a pesquisa de campo, exercem influência sobremaneira na esfera do turismo, o que se reflete não só na atuação da Associação, mas também no interesse da comunidade pela atividade.

É importante não se limitar ao papel da Associação na gestão do turismo, mas compreender a necessidade de uma gestão colaborativa entre a sociedade civil organizada [como por exemplo, as associações], as representações do poder público e de entidades empresariais, tal como defendem Gomes, Teles e Nitsche (2016), ao analisarem a interação das organizações que atuam em projetos e programas de turismo na Região Rotas do Pinhão, na Região Metropolitana de Curitiba, sob a perspectiva da governança. O fortalecimento da ATCG teria papel fundamental para uma autonomia do projeto sustentada pela comunidade. Notase que, diferentemente da ATCG, algumas associações de agroturismo tiveram origem em associações de agricultores, ou seja, partiram de um interesse voltado para o desenvolvimento de pequenos agricultores que perceberam uma oportunidade de complementar a sua renda com o turismo.

As associações de agroturismo também têm atuado na difusão e comercialização dos produtos agrícolas, normalmente em espaços anexos ao receptivo turístico, como no caso da AAAC e da Associação de Agroturismo Venda Nova do Imigrante [Agrotur], no Espírito Santo. Na Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas [Jundiaí-SP], a organização das visitas conta com os serviços de agências de turismo locais, uma delas também integra tal associação. As associações citadas neste tópico e ainda a Associação Caminhos de Pedra [Bento Gonçalves-RS], além dos seus respectivos estatutos, possuem normas internas, as quais são discutidas de forma participativa pelos seus membros antes de serem instituídas. Essas normas estabelecem os princípios da atividade turística que desenvolvem e principalmente os critérios que as propriedades devem seguir para se integrar ao grupo e se manter atuando dentro de padrões de qualidade. O Caderno de Normas da Acolhida na Colônia (Guzzatti, 2010), particularmente, estabelece um processo de certificação pelo qual a propriedade deve passar para ter o direito de utilizar a logomarca AAAC. Para tal, devem ser obedecidos critérios gerais para a propriedade trabalhar com o turismo [a maioria ligado à adequação da infraestrutura], e outros mais específicos quanto à alimentação, hospedagem, venda de produtos e oferta de atividades de lazer. Esse exemplo da Acolhida na Colônia, bem como de outras organizações brasileiras se alinham a tendência que vem tomando corpo entre as discussões em torno de um turismo gerido pelas comunidades, o turismo de base comunitária, entendido como:

Toda forma de organização sentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade do trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é a sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (Maldonado, 2009, p. 31).

A Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário [turisol] integra diversas organizações, abrangendo 10 estados, como, por exemplo, a Rede Cearense de Turismo Comunitário [Rede TUCUM], formada por



comunidades localizadas na zona costeira cearense, a já mencionada Acolhida na Colônia, o Projeto Bagagem que integra várias comunidades no Brasil, entre outras organizações locais e regionais que defendem o TBC (turisol, 2012). Tendo em vista as experiências de associativismo no agroturismo e as de TBC [turismo de base comunitária] que em muitos casos estão combinadas, desempenhando um trabalho participativo entre seus membros [agricultores, pescadores e outros] e promovendo maior autonomia na gestão dos projetos turísticos locais, observa-se que a Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira possui potencial para se fortalecer e gerenciar o roteiro, buscando um envolvimento da comunidade para que os benefícios do turismo também se estendam a ela.

Indicou-se que o associativismo tem gerado resultados positivos em alguns lugares do Brasil, onde o turismo se tornou um acontecimento muito presente na vida de comunidades, interferindo nas relações sociais de forma a unir agricultores, dentro de um mesmo ideal. Ideal este, secundário a sua atividade principal agrícola, que deve ser mantida para garantir sua sustentabilidade, como pôde ser observado nos casos das associações de turismo citadas em Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul. Aliado a esses propósitos, as formas de gestão do turismo de base comunitária, a exemplo das experiências brasileiras em curso, pode contribuir com as discussões sobre turismo com a comunidade de Guajuvira. Ações efetivas de associativismo poderiam fortalecer a ainda embrionária associação de turismo e procurar incentivar a participação da comunidade no processo; entre elas podem ser visualizadas oportunidades como a expansão do comércio local e o fornecimento de produtos agrícolas, in natura e transformados, e de serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, cabe considerar a pertinência da pesquisa qualitativa com técnicas de observação da realidade e de entrevistas para o levantamento e análise de informações sobre a participação comunitária no processo de formação do roteiro Caminhos de Guajuvira (PR) e atuação da associação a ele vinculada. A partir dos dados levantados é possível reconhecer que o poder público foi o responsável pelo planejamento do roteiro Caminhos de Guajuvira desde 2001 e sempre esteve conduzindo sua gestão, com a expectativa de que os agricultores pudessem assumir tal responsabilidade, na perspectiva de romper com o Rational Choice. A Associação de Turismo criada em 2010, enfrentou o baixo interesse da adesão de novos membros e dependia da condução do poder público para a tomada de decisões até que, em 2016, indica sinais de fortalecimento com a adesão de novos agricultores e de pequenos empreendedores na atividade turística.

Percebeu-se que a participação comunitária em turismo acontece de forma coletiva em situações específicas, verificadas também em outros locais pesquisados, como os roteiros rurais da Serra Gaúcha, quando os empreendimentos fazem parte de um roteiro, de um circuito planejado com início e fim, onde cada empreendedor transforma-se num elo sem o qual o circuito ou roteiro não se constitui na sua unidade. Também se verificou uma maior integração associativa quando os empreendimentos fazem parte de uma mesma categoria de propriedades [fazendas, colônias], ou mesma categoria econômica [vinícolas, pousadas rurais, casas de artesanato], como o caso da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves-RS ou Associação dos Produtores de Vinhos dos Altos Montes, em Flores da Cunha-RS.

O agente impulsionador da Associação pode ser externo, através de políticas públicas municipais, regionais ou estaduais, como secretarias de Turismo; Igreja, através de padres, pastores ou agentes de pastoral; Instituições de Ensino Superior, através de professores e estudantes, atuando como pesquisadores; Sebrae, Emater-RS e congêneres; consultores; guias de turismo; empresários e outros agentes privados, que reconhecem a importância da participação dos residentes, ou por iniciativa dos próprios empreendedores locais, quando o grau de organização coletiva já é uma tradição local de atuar coletivamente. Detectou-se também que atuar coletivamente é parte das tradições dos agricultores que se mantém nas comunidades do interior, através da solidariedade, o trabalho em mutirão, a mútua ajuda, que são elementos culturais que formam a identidade das comunidades rurais e importantes elementos da organização comunitária.



O fato de a Associação de Turismo pesquisada em Araucária-PR não ter partido de uma organização local já existente, como outras associações de agricultores [Acolhida na Colônia-SC, Agrotur-ES] e de turismo de base comunitária [Rede Turisol] citadas, em que o turismo surgiu entre alternativas pensadas para fortalecer a agricultura, a pesca e outros interesses internos, não impede que venha a alcançar uma atuação mais participativa no turismo e até mesmo motivar o surgimento de outras organizações, como a de moradores e de agricultores. Nas regiões onde houve colonização europeia, há uma forte presença de elementos participativos, formados a partir do processo de imigração e ocupação dos territórios, parte da formação das tradições do lugar. Este processo foi mais intenso a partir do final do século XIX até os anos 1970, diluindo-se com a interiorização de uma mentalidade racional e instrumental, provinda do uso de novas tecnologias, inserção em mercados e modernização rural.

O associativismo facilita a captação de recursos externos junto a empresas privadas, rede financeira e com instituições nacionais e internacionais que lançam editais para promover e (ou) financiar projetos de desenvolvimento. Num contexto em que as associações coordenam seus projetos de turismo, o apoio do poder público por meio de políticas públicas voltadas para o turismo, agricultura familiar, meio ambiente e outras áreas pode contribuir com o processo. É necessário ter ressaltado o papel do poder público no apoio às ações desenvolvidas, como assessoria em assuntos técnicos, divulgação institucional, prestação de informações turísticas municipais, além das suas atribuições para com o cidadão com os serviços de saúde, educação, saneamento, instalação e manutenção do mobiliário urbano, manutenção de estradas, entre outros.

REFERÊNCIAS

Alves-Mazzotti, A. J. & Gewandsznajder, F. (2001). O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Accueil Paysan. (2016). Association Accueil Paysan.

Araújo, C. A.L, Tolentino, M. & Theophilo, C. (2009). Realidade organizacional das associações comunitárias rurais da Região Sul de Montes Claros-MG. Anais... XXIII Encontro da ANPAD, 2009.

Barretto, M. (2003). O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. Horizontes Antropológicos, 9(20), 15-29.

Brasil. (2016) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Associativismo Rural.

Castel, R. (1995). As metamorfoses da questão social. Petrópolis, RJ: Vozes.

Castells, M. (1999). O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra.

Cohen, E. (1999). A macrosociological approach to tourism. Current Anthropology, 40(2).

Cohen, E. (2005). Principais tendências do turismo contemporâneo. Politica y Sociedad, 42(1), 11-24.

Freitag, R. (2007). A dinâmica na comunicação na rede de agroturismo em Santa Rosa de Lima-SC. Dissertação. Mestrado em Turismo e Hotelaria, Programa de Pós-Graduação em Administração de Turismo, UNIVALI.

Gomes, B. M. A., Teles, M. A. & Nitsche, L. B. (2016). Governança nas políticas públicas de turismo: desafios a partir da região Rotas do Pinhão, Brasil. Espacios, 37, 14.

Guzzatti, T. C. (2010). O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais. Tese. Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Jafari, J. (1987). Tourism models: the sociocultural aspects. Tourism Management, 8(2), 151-159.

Krippendorf, J. (2000) Sociologia do turismo. São Paulo: Aleph.

MacCannel, D. (1976). The Tourist, a new theory of leisure class. Berkeley: University of California Press.

Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: Genesis, características e políticas. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. & Bursztyn, I. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2010). Fundamento de metodologia científica. São Paulo: Atlas.



- Melucci, A. (1989). Um objetivo para os Movimentos Sociais. Lua Nova Revista de Cultura Política, 17, 49-66.
- Moraes, Ê. G. de, & Curado, F.F. (2004) Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá-MS. In: Anais... Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal, 1, Corumbá, 2004.
- Nitsche, L.; Neri, L. de F. & Bahl, M. (2010). Organización local de roteiros turísticos en la Región Metropolitana de Curitiba, Paraná, Brasil. Gestión Turística, 13, 93-112.
- Pearce, P. (2001). A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In Theobald, W. F. (org) Turismo Global, p. 145-164. São Paulo: Senac.
- Pizzorno, A. (1977). Scambio politico e identità collectiva nel conflitto di classe. In: Crouch, C. & Pizzorno, A. (orgs.). Conflitti in Europa. Milão: Elas Libri. PRO LOCO. Asociación Turística Pro Loco Uta.
- Santana, A. (2003). Turismo cultural, culturas turísticas. Horizontes Antropológicos, 9(20), 31-57
- Schneider, S. & Navarro, Z. (1999). Emprego Agrícola e novas formas de ocupação no meio rural do Rio Grande do Sul. In: O novo rural brasileiro. Campinas-SP: Unicamp.

Touraine, A (1973). Production de la société. Paris: Seuil.

Turisol. Rede de Turismo Solidário e Comunitário.

Notas

- [1] Luiz Ernesto Brambatti Doutor. Professor no Programa Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Currículo: http://lattes.cnpq.br/7583291058896869. E-mail: lebramba@gmail.com
- [2] Leticia Bartoszeck Nitsche Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Currículo http://lattes.cnpq.br/5454408883429857. E-mail: lticia@gmail.com

